



casadesarmento

centro de estudos do património

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE S. MAMEDE. CONFERÊNCIA PROFERIDA NA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO NA NOITE DE 6 DE JULHO DE 1928.

ALMEIDA, Eduardo de

Ano: 1928 | Número: 38

Como citar este documento:

ALMEIDA, Eduardo de, Algumas palavras sobre S. Mamede. Conferência proferida na Sociedade Martins Sarmento na noite de 6 de Julho de 1928. *Revista de Guimarães*, 38 (3-4) Jul.-Dez. 1928, p. 163-191.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Algumas palavras sôbre S. Mamede

Conferência proferida na
Sociedade Martins Sarmiento
na noite de 6 de Julho de 1928

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Antes de versar o assunto do belo e heróico feito, cuja devida comemoração nos reúne, eu preciso, como os romeiros, vindos de longe, ao entrarem no templo, de aliviar a minha consciência de um feio pecado. E êsse feio pecado, que diante de vós confesso contritamente, sabendo bem — ai de mim! — que não merece perdão, é o de me haver submetido ao encargo de vos falar. Não, não devia ser eu. Hoje, nesta nobilíssima tribuna, de que nunca por nunca me julguei digno, só o historiador, ou um daqueles famosos conferencistas a cujo verbo se iluminam as matérias mais áridas e difíceis. No momento do convite, eu vos juro, entendi não poder decliná-lo por vir da *Sociedade Martins Sarmiento* e ser feito por um homem, eminente pelas suas qualidades e pela sua vida, e a quem devo a maior estima e gratidão. Agora, depois, compreendi e senti o quanto fui leviano e imprudente. Perdoai-me vós, e ajudai-me complacentes a sofrer esta dura e merecida penitência, porque no próprio êrro está o castigo.

São bem conhecidas as escassas e por vezes contraditórias referências à batalha de S. Mamede, em que o moço Infante D. Afonso Henriques pelejou contra sua Mãe D. Tareja e o Conde de Trava. Agora, a

propósito de comemorar o oitavo centenário, elas teem sido repetidas e minuciadas à publicidade. Depois das conscientes pesquisas de *Herculano*, só o milagroso acaso da leitura de algum documento autêntico ainda inédito poderia esclarecer a mais viva luz o recontro, ou qualquer nota particular da conjura. No rigor da História, temos de apurar a versão pelas sêcas e destintas linhas das Crônicas, ainda assim bastantes para exalçar o feito, se o considerarmos na sua gravidade e pelos resultados advindos, como a hora mais solene e formosíssima da afirmação, clara e audaz, ante os Reis e os Mouros da Espanha, do sentimento da independência de um novo Estado que andava a formar-se.

Pôr sôbre o campo em que os ferros se cruzam e as béstas sibilam e as fundas estropitam, ferindo, decepando e mordendo as carnes, do charco de sangue, que empastou a terra e gorgolejou em sulco, como nos lugares de piedosa romagem brota uma fonte, ergue-se e alumia, pura e ao alto em estrêla, uma luz de sonho, um anseio idealista, murmúrio de almas chamejando em grito de vitória, a luz d'alva por onde desabrochava florescente o nome de — Portugal.

«...E ora, amigos irmãos, que eu entendo bem claro,
 como se entrasse em mim tôda a alva do Sol,
 quanto me sois leais por minha honra e amparo
 ...Contai como é razão com um rei português...
 E pois já todos vós me heis tão bem amostrado
 que não há melhor grei, nem há terra mais bela,
 meus dias de folgar dispenderei de grado
 e espargirei meu sangue a combater por ela !»

(*Jaime Cortesão* — no drama EGAS MONIZ)

A lição é tão grave e tão bela que, muito embora sabida de cor, julgamos não a definir ainda, e gostamos de a voltar a ler com o atento cuidado de quem a primeira vez a estuda. Se assim o permitis, e por vossa muita benevolência me relevais da monótona tarefa, buscarei apontar em singelas palavras o mais importante do exarado em nossos Cronistas e Historiadores.

A *Crónica dos Godos (Chronica Gothorum)* é o documento mais antigo que se refere à batalha de S. Mamede. Em mais de um passo, *Herculano* prefere o seu testemunho por o reputar coevo dos acontecimentos. «No mês de Junho (refere a *Crónica*) da era de 1166 (ano de 1128), o inclito Infante D. Afonso, filho do Conde D. Henrique e da Rainha D. Teresa, neto do magno Imperador da Espanha D. Afonso (Afonso VI de Leão, de quem era filha D. Tareja), como sua Mãe o trouxesse afastado dos negócios públicos — *amoto filio a negocio Regni* —, por andar dominada por estrangeiros indignos, convocara os seus amigos e nobres de Portugal, e contra êles, na festa de S. João Baptista, travou batalha em o campo de S. Mamede, junto do Castelo de Guimarães, vencendo-os, e os prendeu quando fugiam». Tanto na *Chronica Gothorum* como na *Brevis Historia Gottorum* vem o caso assinalado como o início do reinado de D. Afonso — *obtinuit ipse principatum, et Monarchiam Regni Portugallis* — ... *iniit Regnum vel potius principatum Portugallie Alfonsus...* —, palavras cuja significação é — haver assim começado a independência de Portugal ⁽¹⁾.

Quando se finou, de uma grande enfermidade, D. Gonçalo, bispo de Coimbra, tôda a cleresia e povo a uma voz disseram que fôsse o novo bispo D. Telo, homem santo e de boa vida: «E a rainha D. tareja trabalhava e o conde dom fernando porque o fosse, e fora o de feito se nom fora diuissom em purtugal, seu filho da rainhã se aleuantou contra a may e conde, venceos e deitouos fora do reino em huma soo batalha, que a nos he coussa marauilhosa» — *Vida de D. Telo e Noticia da Fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* (versão do século XV) ⁽²⁾.

A's *Chronicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* foi colhêr Duarte Galvão uma forma de narrativa, muito seguida em outros livros, a mais popular exactamente pelo ar lendário, bravo e malicioso, sem perder ingenuidade, em que se envolve. Numa «*rápida história dos reinados de Afonso Henriques e Sancho I*», escrita em forma de arenga quando se fizeram, em Lisboa, as festas à Imperatriz, filha do Rei D. Duarte — D. Leonor, que casou com Frede-

rico III da Alemanha —, lançou-se êste dizer: «Este he o mui alto e excelente Rey dom affonso anriquez o primeiro Rey de portugal filho de dom anrique que foy conde de Portugal e da ifanta dona tareija... E elle venceo em a batalha o conde de trastamara que era casado com sua madre porque lhe ocupaua o senhorio, e per menagem o fez hir morar fora da espanha...»

As duas memórias avulsas, que vou consultar e, como aquela, compiladas nas *Crônicas de Santa Cruz de Coimbra*, são atribuídas por *Herculano* aos fins do século XV. Vem, na primeira, a dramatização do recontro de S. Mamede.

Enterrado em Braga o Conde D. Henrique, D. Tareja casou com «*dom uermuym perez*», mas o Conde D. Fernando, que era então o melhor homem de Espanha «que Rey nom fosse», tomou-a ao irmão e casou com ela, ficando Vermuim, em matrimónio, com uma filha de D. Tareja e do Conde D. Henrique. Como o predomínio de D. Fernando se fizesse logo sentir, o Infante D. Afonso apoderando-se de dois castelos (o de Neiva e o da Feira), moveu guerra mortal a seu padastro. «*A esta sazom era ja dom affonso chamado ja principe*». E, vindo à fala, o Conde D. Fernando desafiou-o para irem um dia à batalha, porque ou êles saíriam de Portugal ou o Príncipe, ao que êste respondeu se o queriam deitar da terra de seu Pai, que êle ganhou aos mouros. Retorquiu, então, D. Tareja que era sua a terra porque lha deixara seu Pai, o Rei D. Afonso. Mas o Conde cortou as palavras: «E logo aprezarom a batalha que fosse em guimarães em logar que dizem sam redanhas. E quando foy o dia do prazo forom ajuntados em batalha. E quando ouuerom dentrar em ella disse a Rainha: conde com uosco quero ir na az, e aueredes que fazer por meu amor. E foy feita a batalha. E o principe foy arrancado do campo, e hindo fogindo a huma legoa de guimarães encontrou com dom egas muniz que vynha em sua ajuda com elle. E quando o vio assy vyr disse-lhe: que he esto Senhor como vyndes assy. E elle disse-lhe: venho muy maltreito ca me arrancou do campo meu padastro e minha madre, que vinha com elle na az. E entom lhe disse dom egas muniz: recolhede toda a gente que vem

fugindo, e tornemos a batalha, e prendamos uosso padraço e uossa madre. E entom tornarom a batalha e venceromna, e prenderom o conde e sua madre, e o conde cuidou logo de seer morto e fez elle preyto e menagem, que nunca entrasse em purtugal, e elle soltou-o, e foy pera sua terra, e nunca mais entrou em purtugal. E o principe prendeo sua madre e metea em ferros, e ella quando se vyo presa disse assy: meu filho dom affonso, prendesteme em ferros e exerdasteme da honrra que me meu padre leixou, e quytasteme do meu marido, e eu rogo a deus que uos seiades preso como eu soom, e porque metestes ferros em minhas pernas ferros quebrantem as uossas. E esto se comprio despois segundo nos a estoria deuysara em seu logar» (D. Afonso, ao sair apressadamente de Badajoz, quebra uma perna no ferrolho da porta, cai ferido do cavallo, e é levado prisioneiro a seu genro, D. Fernando, Rei de Leão) ⁽³⁾.

No segundo documento a narrativa é igual, omitindo-se o casamento de D. Tareja com o irmão de D. Fernando, mas citando-se o casamento de D. Fernando com a Rainha, e aparecendo a D. Afonso Henriques, arrancado do campo e indo a uma légua de Guimarães, em vez de Egas Moniz, Sueiro Mendes — «*soeiro meendez mãaos dagoa*» —, com quem volta o Infante à batalha ⁽³⁾.

O *Livro das Linhagens*, vulgarmente conhecido pelo *Nobiliário do Conde D. Pedro*, e que, no dizer de *Herculano*, «é o livro, não de um homem, mas sim de um povo e de uma época», contém uma versão igual, reproduzida quasi nas mesmas palavras, à segunda das memórias coordenadas nas *Crônicas de Santa Cruz*. Ali se dá o pleito como travado em Guimarães: «*e veerom aa fazenda em Guimaraães*» e indo D. Afonso mal tratado a uma légua daqui «*achousse com Soeiro Meendez*» e com êle tornou à batalha. Repeitada a praga lançada pela Mãe contra o filho quando lhe prende ferros nos pés ⁽⁴⁾.

Já — na *Relação do que se continha na Historia Antiga del Rei Dom Afonso Henriquez que se agora reprová* — o *Licenceado Duarte Nunes de Leão* dá

como referido haver sido o encontro com Egas Moniz. Para o Licenceado, o casamento de D. Tareja com D. Fernando «*he mera calumnia & falsidade*», e «*infamia*» a prisão de D. Tareja pelo filho, argumentando, quanto ao primeiro ponto, que D. Afonso a enterrou com o Conde seu Pai, o que não fizera se ela morrera em Galiza, casada com pessoa de menos qualidade, e de tão feia maneira, e defendendo-se, quanto ao outro, com a autoridade de *D. Fr. Marcos*, Bispo do Pôrto e de *João de Barros*, além de *D. Rodrigo Ximenez*, Arcebispo de Toledo: D. Afonso em tôdas as escrituras e doações, até à hora da morte, sempre se honrou e intitulou por filho da Rainha D. Tareja, nome que deu a duas das suas filhas, uma delas bastarda. É como, pelo toar daquelas crônicas, o cêrco a Guimarães (*Herculano* provou claramente haver sido em 1127, antes de S. Mamede) fôra consequência do pedido de socôrro de D. Tareja ao Rei Afonso VII, vencida e presa, nega o cêrco e a façanha de Egas Moniz, que julga incrível, ridícula e infame para um homem tão valoroso ⁽⁵⁾, como não admite a batalha.

A narrativa das memórias foi, como já se notou, a aproveitada por *Duarte Galvão*: «Quando o Príncipe dom Affonso Hamrriques uio que nam tynha homde sse acolher, e que sua may tam pouco delle curaua, segundo male peccado muitas uezes ueemos as mãis com nous esposos se tornarem madrastas, trabalhou de lhe furtar dous castellos.» As mesmas falas no encontro de D. Afonso com sua Mãe e o conde, o desafio, e «*uieramse ajuntar em Guimarães, em hu lugar que chamam Samtidanhas*». Aqui é também Egas Moniz que aparece ao Infante, a uma lègua de Guimarães ⁽⁶⁾.

A astúcia de um Frade mede-se bem senão pouca a de um Licenceado, muito embora aquele seja um Cronista da Ordem e êste um Desembargador da Casa da Suplicação. *Fr. Bernardo de Brito*, de cujas patranhas históricas tão severa e humoristicamente dissertaram *Camilo* e o nosso *Sarmento*, revela o caso de uma bem diferente maneira, enternecedora. Falecido e sepulto o Conde D. Henrique, a viúva, acompanhada

de seu filho e côrte, recolheu a Guimarães: não mais em seu rosto se viram os sinais de contentamento, que o alumiará em vida do marido, e, com os pés descalços, repartindo tudo com os pobres, visitava as igrejas, quando o Príncipe andava combatendo os mouros ou com o Rei de Leão. Um dia, o Conde de Trastámara, que a viera visitar, pede-a em casamento — a Rainha ofende-se, manda-o retirar, e o Conde jura, despeitado, que a hayerá pela fôrça. Torna à sua terra, ajunta tropas, e vem cercar a Rainha a Guimarães. Não havia quasi soldados, partidos com o filho para a guerra, mas D. Teresa incita os da vila, que resistem aos combates, indo ella própria visitar os muros, animando todos com palavras e dádivas. O Príncipe estava nas Astúrias, quando, prevenido por uma carta de sua Mãe, prestes acode com a gente de cavallo e aqueles que de boamente o puderam fazer, encomendando a Egas Monis que o seguisse com o resto do campo. «Como a colera o levava cego, & o perigo de tal mãy lhe não concedia quietação, em chegando á vista do inimigo, sem dar repouso aos cavallos, nem aos Soldados, que do caminho vinhão muy cansados, mandou tocar as trombetas, & cômetter o Conde». No fim de quatro horas de peleja, o Conde levou o príncipe de vencida e lhe seguiu o alcance algumas léguas, até que o Infante se encontrou com seu Aio. Então, refazendo-se brevemente, vem sôbre o inimigo, a quem desbaratou e prendeu, e «descercando a Rainha lhe apresentou o Conde de Trastámara, prezo, para que tomasse delle a vingança que quizesse» (7).

A *Fr. Bernardo de Brito* succedeu como Cronista da Ordem de Cister *Fr. António Brandão*, que foi também Cronista-mor de Portugal no cargo que vagara por *D. Manuel de Menezes*. Fundando-se no *livro dos testamentos* de Santa Cruz de Coimbra e na indicada passagem da *Crónica dos Godos*, e porque já em 27 de Maio do anno de 1128 parece havia rompimento entre a Rainha D. Tareja e o filho — então o Infante faz doação amplíssima do Couto de Figueiredo e do Castelo de Penafiel, além de uma ajuda em dinheiro, à Sé de Braga, na qual dizia: «Quando eu chegar a adquirir a terra de Portugal — *Portugaleusem terram* — vos farei entrega da vossa Cidade e Sé» —, donde se vê que o

Arcebispo de Braga, como muitos outros Senhores eram pelo Infante e assim mais deviam ser as terras, além dos castelos de Neiva e Faria —, aceita como histórica a batalha de S. Mamede junto a Guimarães, no dia de S. João Baptista do ano de 1128. Sôbre o desbarato no primeiro recontro e a torna à peleja, forte do acudimento de Egas Monis, escreve com nobre autoridade: «Eu nas memorias autenticas que deixo citadas, não acho relação desta variedade, mas simplesmente se attribue a victoria ao Infante, o que tenho por mais certo»; e sôbre a prisão da Rainha Dona Tareja não pode concordar com nossos escritores, porque êles a fazem «muy dilatada», mas há por mais certo «*que a Rainha viesse a poder de seu filho*». Não lhe consta qual das partes seguia a vila de Guimarães, crendo provável que se inclinasse ao Infante, como a seu natural, e de quem esperaria favores, ainda que certas crônicas dão a entender que Guimarães estava com o partido da Rainha ⁽⁸⁾.

Outros, como *D. António Caetano de Sousa* (que descreve assim *D. Afonso* «foy de estatura agigantada, de forte, que tinha onze palmos, mas muy proporcionado de membros, cabello castanho, boca grossa, rosto comprido, olhos grandes e vivos, aspecto magestoso e de Rey», e fala das acções esclarecidas para o Céu que êle praticou), limitam-se a dizer que entrara a governar em 24^o de Junho de 1128 ⁽⁹⁾.

Não tenho conhecimento, em nossos antigos cronistas, de outras variantes, havendo a notar que muitos calam a peleja de S. Mamede, donde o encontrar-se vulgarmente *D. Afonso* aclamado como Rei depois da célebre e discutida Batalha de Ourique.

Alguns historiadores estrangeiros registam a batalha de S. Mamede, limitando-se a transcrever a *Crónica dos Godos*, ou reproduzindo a intervenção de Egas Monis. Em *Mr. de la Clède* o lugar da batalha é denominado *Campo de Santilhanas* ⁽¹⁰⁾.

Mas é tempo de ouvirmos a voz grave e reflectida do Mestre: Segundo *Alexandre Herculano*, as primeiras tentativas de rebelião deram-se um ano antes, nos princípios de 1127. «Entre elas (as terras em que dominavam ou influíam os parciais de *D. Afonso*)

Guimarães, a antiga côrte do conde D. Henrique, declarou-se pelo Infante que aí se achava. A invasão de Afonso VII veio então impedir ou antes adiar a guerra civil». Dá-se o cêrco a Guimarães pelo Rei de Leão «e aquella inaudita façanha» de Egas Moniz. «A independência portuguesa, prossegue o historiador, que por tantos anos tendera a realizar-se, retrocedia ainda uma vez; era um problema cuja solução já perto do seu têrmo devia tornar a ser tentada de novo.» Mais de recear do que a vitória do Rei de Leão era «o amor cego da Rainha por um homem alheio à província, poderoso por alianças e parentescos com muitos ilustres barões da Galiza e ainda de Leão e Castela, e a importância que além dêle, obtivera em Portugal seu irmão mais velho Bermudo Peres, o qual nos princípios de 1128 achamos dominando em Viseu, e por consequência a clientela numerosa, quer de naturais, quer de estranhos, cujos interesses seriam conformes com os dos dois irmãos, tudo servia para tornar duvidosa a sorte futura de Portugal, ligada à vontade de um valido, cujo procedimento político podia ser guiado por considerações e respetos contrários à desejada independência do país que indirectamente governava.» Atendendo à confiança que Afonso VII punha no Conde, e à guerra que, com os outros condes da Galiza, êle moveu a Portugal, não julga «demasiado violento supor que na invasão de 1127 o Conde contribuiria para D. Teresa dar obediência ao Rei de Leão.» Afonso Henriques chegara aos 17 anos. Por suas próprias mãos, dois anos antes, na Catedral de Samora, se armara cavaleiro. Era moço, ambicioso, valente. Os ânimos andavam irritados contra o predomínio de Fernando Peres, os fidalgos instigavam-no, fôra ignominiosamente excluído dos negócios públicos — «tudo o excitara a colocar-se à frente de uma revolução cujas consequências, naqueles verdes anos, não era fácil prever».

Continua *Herculano*: «Como se manifestou a rebeldia e quais foram as particularidades que ocorreram nela, são coisas sôbre que restam sobejas fábulas, mas apenas fugitivas memórias. As principais personagens que em Maio dêsse ano estavam ligadas com Afonso Henriques eram o Arcebispo D. Paio, seu

irmão Soeiro Mendes, denominado o *Grosso*, Ermígio Moniz, Sancho Nunes, marido que era ou foi depois de D. Sancha, irmã do Infante, e Garcia Soares. Diante destes e doutros nobres cavaleiros de Portugal declarava êle em Braga a sua intenção de se apossar do Governo, e fazia de antemão mercês ao Metropolitano, contando com o auxílio dêle nessa empresa.

Pelos indícios que os documentos nos ministram, o Infante abandonou a sua mãe, a qual talvez se achava então na côrte de Afonso VII, e dirigiu-se à Província de Entre-Douro-e-Minho no mês de Abril. A revolução parece ter rebentado naquela província, dilatando-se pelo Distrito de Guimarães, pelo Condado de Refoios de Lima, pelo Território de Braga e pelas Terras, enfim, dos nobres que seguiam a parcialidade do Infante. A suspeita da ausência de D. Teresa na ocasião do alevantamento adquire maior probabilidade se atendermos a que só três meses depois os dois partidos vieram a uma batalha, que foi decisiva e fatal para a Rainha. De feito, esta, tendo marchado para Guimarães com as tropas dos fidalgos galegos e dos portugueses seus partidários, aí se encontrou com o exército do Infante no Campo de S. Mamede, junto daquela povoação. Foi desbaratada D. Teresa e fugiu: nesta fuga, porém, perseguida pelo filho, ficou prisioneira com muitos dos seus. (Aqui transcreve *Herculano*, em nota, a passagem da *Crónica dos Godos*). A tradição refere que Afonso Henriques a lançara carregada de cadeias no castelo de Lanhoso. Não desdiz essa tradição dos costumes ferozes do tempo; mas desdiz do monumento coevos, que a não autorizam. O que é certo é que num só dia de combate o poder supremo, que o moço príncipe tanto ambicionava, lhe caíra nas mãos."

A Rainha e o Conde foram expulsos. Ela seguiu-o talvez para a Galiza, morrendo no 1.º de Novembro de 1130: "os restos de D. Teresa ainda tiveram quem sobre êles vertesse lágrimas". Eram as do amante. D. Afonso e o Conde reencontram-se em novos combates; o Infante tem de marchar sobre Seia para dominar uma conspiração em que andava envolvido o irmão do Conde, cunhado de D. Afonso, Bermudo Peres, feito prisioneiro, depois, em Val-de-Vez, "vindo

a acabar, passados anos, monge no Mosteiro de Sobrado" (11).

Querer traçar por outras palavras o feito de S. Mamede seria em mim absurda ininteligência.

Não pode deixar de admirar-se que *Alexandre Herculano*, tão cauto e probo em seus processos literários, houvesse, no romance *O Bobo*, um drama medievo de grande pitoresco e sublime de amor patriótico, desviado a acção da batalha para uma forma diversa. Aqui, dentro do castelo de Guimarães, dominam a Rainha e o Conde. São as forças do Infante que lhe movem o ataque. A vingança de D. Ribas leva ao castelo, por um caminho secreto, os parciais do Infante: "A lança de Gonçalo Mendes não reluzira enristada ao sol da peleja. Quando, porém, esta andava mais acesa e travada, vários bêteiros, que se viam ao longe guarnecendo os adarves e eirados das muralhas e tórres do temeroso castelo, começaram a vacilar e correr de um para outro lado, e daí a pouco alguns dêles, tombando por entre as ameias, fizeram espadanar as águas encharcadas e verde-negras do fôso. Os habitantes do burgo, correndo a indagar a causa do terrível espectáculo que presenciavam, sentiram misturarem-se lá no alto as aclamações ao Infante com os gritos e gemidos dos que morriam. A ponte levadiça ergueu-se entretanto, e os burgueses olhando de novo para os muros viram-nos povoados de homens de armas, em vez de bêteiros, e hasteada na tôrre de menagem a signa de Afonso Henriques..."

Guimarães, como o mesmo *Herculano* apontou na sua História, era no dia de S. Mamede com o Infante, como com êle fôra, um ano antes, no cêrco pôsto por Afonso VII. São as palavras do foral de 27 de Abril de 1128: "*ad uos bonos homines de Vimaranes...* e porque vós me honrastes e ajudastes e porque bom e fiel serviço me fizestes, quero eu fazer honra e benefício a vós, a vossos filhos e a todos os vossos descendentes."

A variante de *Herculano* no *Bobo* foi adoptada por alguns historiadores como verdadeira (12). *Pinheiro Chagas* diz que o Infante, rodeado em Braga pela sua tumultuosa nobreza, "proclamava a intenção de tomar

as rédeas do govêrno, e marchava sôbre Guimarães onde estava D. Teresa com o odiado Conde de Trava» (13).

Natural era que a Rainha estivesse onde tinha a sua côrte; já não tanto, se considerarmos que a rebelião estalara havia meses e Guimarães, um lugar marcado pela sua parcialidade a favor do Infante. Segundo o mesmo *Herculano*, D. Teresa regressara da côrte de Afonso VII quando Afonso Henriques tinha vindo para a Província de Entre-Douro-e-Minho, e se levantara o seu partido.

O que de concretamente se sabe, pois, da batalha de S. Mamede pode resumir-se nas seguintes linhas do saudoso *João de Meira*: «Em 1127, pela recusa de D. Teresa a reconhecer-lhe a suzerania, Afonso VII invade Portugal e chega a Guimarães, onde se encontrava o Infante D. Afonso já revoltado contra a autoridade materna. Como o desejo do Leonês era que a Província Portucalense o reconhecesse por soberano, sem lhe importar que a mãe ou o filho a governasse, pôs cerco ao burgo. Quási a pique de cáirem nas mãos do inimigo, os barões portugueses, entre os quais Soeiro Mendes e outros da sua família, declaram em nome de D. Afonso Henriques que êste de futuro se consideraria vassalo de Leão, ficando Egas Moniz por fiador da promessa. Não se pactuaram, porém, estas condições sem resistência. De que a houve e de que D. Afonso Henriques ficou grato aos de Guimarães, dão testemunho as palavras com que confirmou o foral dado ao burgo por seu pai. ...No ano seguinte, revoltado de novo definitivamente contra a autoridade materna, achava-se o Infante em Guimarães. E' sôbre esta que o exército de D. Teresa marcha e junto dela que a batalha de S. Mamede se trava. Guimarães tinha assim recebido o seu baptismo de sangue e a sua confirmação. A antiga quinta de Mumadona era já um concelho e começava a ter uma história» (14).

Seria agora talvez curioso recordar, segundo o nosso *Cónego Gaspar Estação*, que D. Auzenda, natural a seu parecer de Guimarães e da qual encontrara notícia na carta da venda de um moínho, junto da vila, feita a seu irmão Pero Sendim, por uma boa pele de coelho — «porque era direito daquele tempo, de quem

dava ou vendia, recebia alguma cousa da parte contraente para firmeza do contrato" — ela que se intitulava ama de Afonso Henriques, já numa doação de 1127 lhe chamava Rei: "*Dona Ausenda ama que fuit de rege dono Alfonso...*" (15).

Não se enganara no doce carinho da sua profecia: "se na batalha do Campo de S. Mamede (que me seja permitido citar do romance de *Herculano* mais esta frase), se na batalha do Campo de S. Mamede, junto de Guimarães, Dona Teresa e o Conde houveram triunfado do moço Afonso Henriques, outra provavelmente fôra a sorte do nosso país".

"*Prope castellum de Vimaranes*" — reza a *Crónica dos Godos*: "os documentos coevos, acentua o nosso *João de Meira*, dizem que a batalha de S. Mamede se feriu junto do Castelo. Como consequência: a batalha entre D. Afonso I e sua mãe não se deu em qualquer ponto do Vale de S. Torcato" (16).

De que o castelo de Guimarães era chamado e conhecido por castelo de S. Mamede, não pode haver dúvida: "*Laborauimus castellum quod uocitant sanctum mames*" — assim fala um documento de 958. Ainda mais tarde, já no tempo das *Inquirições de D. Afonso II (Portugaliae Monumenta Historica, Inq., pág. 14)*, Aldão era uma desconhecida e obscura ermida — *De heremita sancti Mametis de Aldam*. Para acampamento de fôrças que, naquele tempo, viessem cercar o castelo, eram seus campos demasiado longe, além de qualquer posição estratégica. Não os cortava estrada ou caminho de que reste memória, em relação a algum centro importante (17).

A imaginativa dos dois recontros não se pode aceitar, como disse *Fr. António Brandão* na *Monarchia Lusitana*: o que ficou dememorável foi o haver saído numa só batalha Afonso Henriques vitorioso de sua mãe, a "*formosissima Tarasia*" (palavras do Conde D. Henrique no foral de Tentúgal) e do ousado Conde de Trava. A fabulização das crónicas é o inverso da realidade histórica tal como ela nos foi transmitida pelos mais antigos monumentos: quem fugiu desbaratado não foi D. Afonso mas sim a mãe, o Conde e seus partidários, afirma-o a *Crónica dos Godos* — "*et contriti sunt, et deuicti ab eo, et fugerunt*"

a facie eius», e é bem possível que essa fuga houvesse sido pelo vale de S. Torcato, em direcção ao Castelo de Lanhoso, e, em qualquer ponto dêsse vale, aprisionados D. Teresa e o Conde. Assim concilio, em face do testemunho digno de mais crédito, a opinião de *João de Meira* com a do professor *Dr. Alfredo Dias Pinheiro*, num livro recente (*Memória sobre a Batalha de S. Mamede* — Guimarães, 1928).

...*Prope Castellum*. Deixai-me repetir aquelas tão comovidas palavras de um bom português (o *Dr. Agostinho de Campos*) ainda não há muito proferidas nesta mesma sala: «Quantas brisas, quantas ventanias, quantas tempestades não teem bafejado ou chicoteado as pedras do vosso Castelo, e vêde se a linguagem delas se calou, ou se pelo contrário, não é cada vez mais forte, cada vez mais retumbante, cada vez mais solene, a voz com que essas pedras vos dizem e nos dizem: *Aqui nasceu Portugal!*» (48).

Na épica jornada medieva passam e avultam gigantêas figuras, que nós hoje ainda vemos solenes como estátuas jacentes e iluminadas de apoteose — a bela Rainha D. Teresa, de loiros cabelos, varonil e astuciosa, que mantém e defende com subido valor o Condado, quando viúva, até se perder de amores, e porventura pelo amor traída na boa fé ou desígnio político, com que buscara um braço forte que a auxiliasse no governo; o moço Infante D. Afonso Henriques, irrequieto e aventureiro, dotado das nobres qualidades de um guerreiro — a bravura, a generosidade, o engenho e a fé —, aquele que havia de traçar com fulgor audaz o nome de Portugal; os afamados, «os assinallados» barões portugueses — Egas Moniz, Soeiro Mendes, Gonçalo Mendes da Maia, o Arcebispo de Braga D. Paio, Ermígio Moniz, Sancho Nunes, Mem Fernandes...; e D. Afonso VII com as suas hostes numerosas, e com os seus valentes partidários o Conde D. Fernando, um dos mais nomeados cavaleiros da Espanha, filho daquele D. Pedro Froilaz de Trava que, na Galiza, capitaneara, sob a instigação do célebre Diogo Gelmires, Arcebispo de Compostela, a revolta em nome

do filho contra a mãe, D. Afonso Raimundes e D. Urraca.

De um e outro lado combatiam cavaleiros e peões, a forte gente bárbara, os homens bons do campo e do burgo, profissionais, mercenários, ou os compelidos e arrastados no tropel das armas, relampejando as lanças em ululante desvario, peitos rasgados a duros golpes, músculos retesos, crâneos fendidos, a multidão ensangüentada e rouqueja do triúnfo, esqueletos que se desfazem em pó no silencioso campo da morte, êsses que são, em tôdas as grandes páginas da História, os "soldados desconhecidos".

"Esse impulso vital dos portugueses anónimos — é outra vez do douto e honrado *Dr. Agostinho de Campos* — sente-se palpitar e dominar, ainda através do personalismo das crónicas. Já durante o governo do Conde D. Henrique, os barões portugueses, formando um grupo diferenciado e compacto, consideravam estrangeiros os de Galiza e outros distritos contíguos. ¿Que significa isto, senão que por detrás ou à roda dêles borbulhava o fermento de um povo ou de uma nação a formar-se?... Eram (os barões portugueses) condutores de homens, mas de homens que sabiam ou sentiam muito bem para onde queriam que os levassem" (48).

Mas... ¿por que singular milagre veio ter a Guimarães o Conde D. Henrique e junto do Castelo se feriu S. Mamede, logo no ano seguinte ao do apertado cêrco do Rei Afonso VII? Os acontecimentos da História, por mais inesperados que dela nos surjam, não se improvisam. São bem e profundamente meditadas as palavras de *Herculano* quando fala, antes da batalha, na "*independência portuguesa, que por tantos anos tendera a realizar-se*". E' que antes do que prôpriamente se chama *História de Portugal*, já uma parte do seu povo, em vários outros ciclos de vida, ainda não suficientemente descrita, através de obscuros séculos das maiores vicissitudes, em pelejas formidáveis e constantes, procurara afirmar e afirmara o que o nosso *Alberto Sampaio* chama a sua *homogeneidade historica*.

Ao alvorecer da monarquia o mesmo povo que, com o seu braço e o seu sangue, a foi dilatando

e firmando, como sendo Portugal, havia muito que de geração em geração vinha lutando pela sua independência e pela sua liberdade. Ele se erguera e resistira, vencido ou vencedor, contra as invasões que talhavam o solo e o despojavam dos seus parques haveres. Era o povo que habitava as citânias e os castros, no alto dos montes que rodeiam e seguem quasi todo o norte da nossa terra, e muito à volta de Guimarães e dos vales dos seus dois rios, pequenos aglomerados, que procuravam viver livremente, e aí se manteve, com vária sorte, em muitos pontos, até o domínio romano: «povos autónomos», escreve *Alberto Sampaio*, amando sobretudo a independência, belicosos, habitando um país montanhoso coberto de florestas, *bárbaros*, regendo-se por costumes próprios — eis o único quasi apagado eco que deixaram na história» (19). «*Lusitani pars alia Hispanorum suis legibus viventium*» (*Apiano*). Depois de uma resistência tenaz, foi a nossa a última parcela da Espanha a submeter-se ao domínio romano. Durante quatro séculos, as condições sociais transformaram-se, assimilando a *gens* a civilização latina. Os chefes citanienses desceram aos vales, fizeram-se donos de agricultores e agricultores êles próprios. Então, ao amor da independência, juntou-se o sagrado amor da terra. Daqui a força admirável com que suporta as invasões dos suevos, dos visigodos e dos sarracenos. Podem sofrer alterações os nomes — mantem-se os costumes, o povo fixara-se na terra, agarrara-se, subia e crescia da terra, como uma árvore, o povo cultivador, simples, enérgico, parco e bom, assim vivendo e assim se salvando «*numa pobreza forte*», a mais pura e duradoira das riquezas.

Depois das suas importantíssimas investigações, que abrangem um período de quasi treze séculos, *Alberto Sampaio* comenta: «Tal era a sociedade, cujos traços fundamentais memora a tradição nos documentos precedentes. As batalhas incessantes, que seleccionaram e nobilitaram os combatentes mais valorosos, levaram a liberdade às últimas camadas da população rural; metódicamente armada pela necessidade do ataque e defesa, *apresentava-se já, antes de se fundar o Estado português*, exercida por igual na guerra e no trabalho; a cada passo o apelido arrancava-a das

cabanas, dos pardieiros e quintanas, reunindo-a no campo da peleja. Acontiadados pela coroa, os nobres são os cavaleiros de profissão: residindo em casas sem luxo, vivem em intimidade com o povo, ora na melhor harmonia, ora em quasiunculas de proprietários minúsculos, mas sempre protegendo-o. Dêstes os mais pobres combatem a pé, e peões formam a admirável infantaria portuguesa mediévica. Dos herdadores abastados saem os cavaleiros vilãos, que na batalha ocupam o lugar honroso da vanguarda; dado o primeiro choque, confundem-se com os cavaleiros nobres, e sê-lo hão também, se a fortuna e a sorte das armas os ajudar. O casteleiro, em cujas mãos reside a última defesa do país, e o rico-homem, governador da terra, com pendão e caldeira, assentam-se ambos, no tempo de paz, à mesa do lavrador, e comem do seu pão.»

Não é só uma precisa, inteligente, e documentada lição de história; no que acabei de ler há um grande ensinamento de Filosofia Política, onde, apontando as razões da nossa grandeza do passado, se encontram as primeiras da nossa triste decadência.

O primeiro feito, a peleja de S. Mamede não seria compreensível, se a não remontássemos a outras pelejas e feitos, desconhecidos capítulos de uma história rude e humilde. Foi depois de haver lido os trabalhos monumentais de *Martins Sarmento* e de *Alberto Sampaio*, sob uma forte impressão, que eu tentei esboçar para um livro de contos, ainda fechado na gaveta, estas pobres e singelas páginas, que, não menos comovido, vos peço perdão de ler:

«Admirável resistência essa, a do velho cavador! Consubstanciava o génio de unificação e continuidade. Vingara manter o fundo étnico do povo, em que porventura se encontravam ainda fortes vestígios do rude bárbaro, possante e sonhador, da idade da pedra polida e dos metais. Defendera-se do alto das citânias, em peleja de feras, contra o redemoínio das invasões aossantes — signo hereditário do guerreiro português, maltrapido e heróico! Aprendera na escola do romano durante quatro centúrias de anos, a laborar a quintana, e a disciplina jurídica, que dava mais a fórmula do que a essência à sua fé nos contra-

tos — mas não abdicara do carácter independente, e continuara cultivando a liberdade, sua condição primitiva. Salvara depois a herança dessa civilização, modelada ao seu feitio, afeiçoada ao seu lar, ou impusera-a aos novos ocupadores, suevos e godos. E entrando assim, já com não contados séculos de personalidade, no despontar da história nacional, fôra ainda ou por isso êle, o povo agreste, que lhe dera alardo e baptismo, músculo e grito, firmeza e impulso, lança e charrua, objectivação e idealidade, correndo à sua frente o árabe e, partindo do norte, conquistara o sul a Portugal, ainda na mesma arremetida, com que, no período asturiano, o desbaratara e repelira no frêmito das suas perigosas investidas. Por um transcurso de tempo que tanto mais se dilata quanto mais se procura — ó simples bendito! —, na anonímia da labuta onde germina o grão e se acende a luz, enterrado e confundido na sua miséria com o grave silêncio da terra, era verdadeiramente o alicerce, tósco e gigante, em cuja fé invencível e amor ao arado se baseava, erguia e perdurava o monumento pátrio. Ele, a força lenta e segura, a vida constante e renascente, a certeza na adversidade, a história obscura, que fica, contra a história que passa, brilhante, versátil, efémera.

Até onde podiam remontar as investigações desta genealogia do humilde, iam encontrá-lo fortificado nos crastos, em núcleos próximos, dispostos como nós de uma linha estratégica pelos côtos da serra. Enormes lapas, resvalando pelas espaldas, acordam a lembrança dos combates contra os repetidos assédios de vizinhos e investidas de rapina. Uma dupla ou triplice cinta de grossas muralhas fechava o monte pela banda mais fácil à escalada. Ali edificara sua casa de granito, circular ou quadrilonga, coberta de côlmo ou erva sêca, a porta baixa jogando em couções — semelhante no rudimento e desconfôrto à sua habitação actual —, com a argola de pedra para a prisão de gado e a pia tósca. Essas casas formavam pequenos grupos de família ou de classe, ao longo das ruas ladrilhadas, até à praça maior, onde mais tarde se levantara a residência do chefe da tribo, talvez apenas de carácter militar, o futuro *dominus*, onde se pleiteavam os inte-

rêsses comuns, cuidados da pastagem, repartição das colheitas, da caça e da pesca nos barcos de coiro, obrigação da vigilância, sorte das pelejas, questões íntimas — e faziam os sacrifícios aos deuses, auscultando as entranhas das vítimas, o pulsar das suas veias. Sôbre a fogueira formada de nodosos robles esgalhados da floresta, amiga e tenebrosa, incineravam, pela algidez do luar, os cadáveres dos heróis, fazendo ressoar no vale profundo, encharcado de águas murmurantes, o seu canto religioso, em tremor e cólera, enquanto as virgens de corpos flexíveis e robustos seios nascentes dançavam como espiras de lume enroscadas nas serpentes de fumo resinoso.

Comia pão de glandes ou de castanhas, moído em grosseiras mós de pedra, e bebia cerveja de cevada. Os oleiros amassavam o barro, a terra viscosa, o lôdo das chuvas, davam-lhe a forma de lucernas, tão semelhantes às que ainda hoje iluminam o seu lar de camponês, ensilvavam as vasilhas funerárias de riscos de um desenho tenteante e suave, geometria rudimentar de linhas simples, os púcaros e gomís de uso doméstico, as ânforas e cálices das bebidas fortalecentes, que serviam nas sestas ardorosas ou nos grandes banquetes, depois de uma farta caçada, solenizando um combate truculento. Outros esculpiam figuras de animais, divinizados pela alegria da criação artística, companheiros e auxiliares, ou a apetecida presa nas sortidas de caça, quando se emaranhavam na selva dos arriscados vales. Lá em baixo as águas estendiam-se adormecidas ao peso da invernia, acordando por vezes em fragor de tempestade, cantavam a frescura alegre das cascatas ou iam vagueando queixumes para o deserto do mar, talvez o mar saudoso de aventuras de outras eras, mais afastadas e perdidas, saudoso e ondulante como aquelas penhas dos seus crastos. Rasgavam a pedra de sinais, doces ao sentimento, envolvidos no mistério das primeiras e ainda hesitantes lucilações da imaginação: a rosa coruscante das estrêlas de seis pontas, o resplendor do sol tornejando do nascimento ao ocaso, a suástica fria ou graciosa que vem desenhando a nossa cruz, a cruz dos templários, e a corda na fieira das cabanas, estilizada ao depois de tantos séculos na lavrantaria vicentista e nas construções manuelinas.

Ali, no tão penoso amanhecer da espiritualidade humana, o bárbaro, que combatia de cabeça descoberta e usava longas tranças, acoitado como águia nas anfractuosidades da rocha, em horas de calma de uma independência feroz, contemplaria, mono de rija fibra, o céu e a terra. Como tudo lhe pareceria difícil e profundo! — o curso do sol, nascendo e morrendo com regularidade serêna, o pespontar das estrêlas no vasto manto da noite, a carícia do dia e a treva lúgubre, a neve do inverno e o terrível calor dos estios, a vida e a morte.

Descera com o romano a agricultural os campos limosos. Lentamente, agarradamente, penetrara e difundira-se pelo vale. Na lombada da encosta marcara, de socalco em socalco, a escada que descera. De novo britara a sua casa — onde era a terra, era o lar. A terra bem amada que dos píncaros se desdobrava em parcelas de milho e de vinho: o pão da sua fome e a água para a sede. A sua própria servitude e adscrição glebar marcam o instinto da fixidez no solo. Agora ama-o com um mais consciente amor. Não é só o passado. Não é só a liberdade. É uma condição da liberdade. Sem terra não há pão. Sem pão não há vida. É o seu amanhã e o amanhã dos seus filhos. Conquistado pelas hostes de Roma, torna-se em conquistador. A si pertence aquele magnífico império que vai arroteando. A sua conformidade a essa nova civilização é um laborioso ensino, em que defende a sua própria, em novos rumos, contra as alheias. As legiões passam. Despenham-se as torrentes germânicas. Mas êle queda. Vencido, é sempre o vencedor. Ainda sujeito às exacções dos ovençais, às arremetidas espoliadoras do senhor, à versátil mudança dos donos, aos caprichos da política, da conquista, da paz e da guerra. Constante a si mesmo e à terra, êle firmou. Servo, liberto, ingénuo, adscrito; servo ou liberto; herdador ou reguengueiro; arrendatário ou aforante; rústico ou «vilão da vila» — ao que tende é a apropriar-se do direito de habitar aquela choupana de seu abrigo e a laborar aquelas agras de seu sustento, a enraizar-se ali, sob a luz amiga do mesmo céu, entre a manada do gado e o rancho dos filhos. O seu drama de obscuro urde-se na simplicidade tenaz. Não é a águia, é a

formiga. Não é o heroísmo, é o ânimo normal. Não é o banquete, é a malga de caldo. Mas o arado não entorpeceu o braço do lidador valente. Numa sociedade complicada de problemas estéreis e roída de ambições loucas, êle não só granjeia, mas é também, quando preciso, o homem que combate. Obedece porque vem da sua condição: mas dentro em si, em seu destino, só êle manda. Serve — para ser senhor: os outros, pela pressúria, do título e das rendas; êle, pelo sacrificio e canseira, do palmo de sementeira que, para lhe pertencer — lhe não pertence. Sumido na escravatura, para ser e ficar escravo da terra, criou e mantém, na dobléz colectiva, uma liberdade individual verdadeiramente gigante. A nossa liberdade tem sido defendida pelo seu amor da liberdade, como a nossa fôrça é musculada na sua fôrça.

Em transe affitivos, como quando apontaram as invasões francesas, ou nos delírios da fé, que, no seu desdobraimento místico, são ainda também a ânsia de liberdade do seu espirito, nas suas romagens de mais pura devoção, no alardo ou na romaria, na alegria ou na desgraça, torna a subir a escarpa ancestral, ao seu velho ninho de águia — ao pátrio monte da sua independência e da sua individualidade. Na alma do rude, lateja o sonho do velho argonauta — estará em Ceuta, na India ou no Brasil, e, acabado o mundo, a sua incomprimida febre de labuta nasce-lhe o desejo de correr aqueles vastos mares de terra, que enxerga das cumieiras, e os mares de água que o aventurarão a novos mundos ignorados... donde, saudoso, volte um dia ao ninho amado."

Minhas Senhoras e meus Senhores:

E' bem justo e meditado o dizer — a batalha de S. Mamede afirmou a independência portugueza "que por tantos anos tendera a realizar-se" ⁽²⁰⁾.

A nobre flor da cavalaria, os lidadores altos e valerosos guiavam e conduziam homens de um povo enérgico, formado, e consciente dos seus destinos. Em seus corações ardia uma chama de fé viva, a fé que redime e alevanta, a milagrosa fé no belo ideal da independência, e no sagrado amor da pátria.

E se hoje, em nossa esmorecida tristeza, oito séculos volvidos, oito séculos de autonomia, a recordação do feito ainda consegue faulhar-nos na alma, de entre a cinza, alguma pura vibração patriótica, ansiemos reacendê-la intensa com o mesmo sonho e aquela forte vontade de nossos avós que, honrando o seu nome, fizeram grande e honrado o nome de Portugal.

EDUARDO D'ALMEIDA.

NOTAS

(¹) *Chronica Gothorum.* Era MCLXIV. mense junio in festo Sancti Joannis Baptiste Infans inclytus donnus Alfonsus Comitis Henrici, et Regine Donne Tarasie filius, magni Imperatoris Hispanie Domini Alfonsi Nepos, Domino auxiliante et diuina clementia et propitiante studio et labore suo magis, quam parentum uoluntate, aut iuuanime adeptus est Regnum Portugallis in manu forti. Siquidem mortuo patre suo Comite Domino Henrico cum adhuc ipse puer esset duorum aut trium annorum, quidam indigni, et alienigene uendicabant Regnum Portugallis matre eius Regina Donna Tarasia eis consentiente uolens et ipsa superba regnare loco mariti sui, amoto filio a negocio Regni. Quam iniuriam ualde inhonestam nullatenus ferre ualens (erat enim grandenus etate, et bone indolis) conuocatis amicis suis et nobilioribus de Portugal, qui eum multo maxime quam matrem eius, uel indignos et externos natione uolebant regnare super se. Commisit cum eis prelium in Campo Sancti Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes, et contriti sunt, et deuicti ab eo, et fugerunt a facie eius, et comprehendit eos. Obtinuit ipse principatum, et Monarchiam Regni Portugallis.

Brevis Historia Gottorum. Era MCLXVI. mense Junio die Joanis Baptiste inijt Regnum vel potius principatum Portugallie Alfonsus, uictis aduersariis, qui Tharasia matre Regnum inuaserant, et regno pulsus prelium commissum est in campo S. mamantis, vulgo mametis, prope Castellum Vimaranesense in Regione interamni. — (*Portugalliae Monumenta Historica — Scriptores* — I, pág. 12).

(²) *Portvgaliae Monymta Historica — Scriptores — I*, pág. 76.

(³) *Port. Mon. Hist. — Scriptores — I*, pág. 26 e 29.

(⁴) Em o *Nobiliario do Conde D. Pedro*: «Dom Afonso Enriques, morto seu padre, pręguntou aos vassalos, se iria com seu padre a Braga, e elles dixerom, que fosse, e nom se temesse nada da terra; el foy a soterrar seu padre a Braga, e mentres que foy soterrar seu padre a Braga, filharom lhe toda a terra de Leão, que elle tinha por sua may; nom lhe filharom Galiza, que nom poderom. De pos esto enviou dezafiar o Emperador, e tornoulhe seu amor, e foyse logo para Portugal, e nom achou hu se acolher, que toda a terra se lhe alçou com sua madre, e ella cazarasse com o (A) Conde D. Fernando Conde de Trastamar, que era en aquel tempo o mor home de Espanha, que Rey; nom fosse. Afonso Enriques furtou dous castellos à sua madre: hu foy Neyva, outro o castello da Feyra, que era em terra de Santa Maria, e com aquelles guerreou el muy rijo com seu padrasto; e dixe o Conde Dom Feruando: Afonso Enriques non andemos en este pleyto: vamos hu dia á fazenda, e ou sairemos nos de Portugal, ou vos. Respondeo Afonso Enriques: nom devia prazer a Deos, porque me vos quereis sacar da terra de meu padre; e a madre dixe entom: minha he a terra, e minha será, ca meu padre el Rey Dom Afonso ma leyxou; e o Conde dixe a ella: non andemos em esto, ou venceremos, ou leyxaremos a terra á vosso filho, se mais puder que nos; e vierom á fazenda em Guimarães; e dixe a Rainha: Conde com vosco quero entrar na fazenda, e estarey na haz, e averedes que fazer pello meu amor; e toda via prendede a Afonso Enriques meu filho, ca melhor poder tendes vos, que elle. A fazenda foy feyta em Guimarães, e foy arrancado Dom Afonso Enriques e muy mal trito e el indo huã legoa de Guimarães achou Sueyro Mendes, que o vinha a ajudar, e dixelhe: Como vindes assi senhor? Respondeo então Afonso Enriques: Venho muy mal, ca me arrancou do campo meu padrasto, e minha madre, que estava com elle na haz; e o Sueyro Mendes lhe dixe: Nom fizeste sizo, que á batalha fostes sem mi, mas tornadevos comigo, e dades cabo a fazenda, e eu irey com vosco e prenderemos vosso padrasto, e vossa madre com el. E dixe Afonso Enriques: Deos mande, que assi seja; e Dom

(A) Toda esta historia del casamiento de la Reyna D. Teresa, y su prison, prueba Duarte Nunez no ser verdadera en el principio de la Chronica deste Rey.

Sueyro Mendes dixe : Vos vereis, que assi será ; e tornou-se com el a batalha, e prendeo seu padrasto, e sa madre, e o Conde cuydou logo ser morto, e fez lhe preyto menage, que nunca entraria em Portugal, e des alli foyse para ultramar, e D. Afonso Enriques meteo sa madre entom em ferros, e ella quando vio, que assi a prendia, dixe : Afonso Enrique meu filho prendesteme, e metesteme em ferros, e deserdesteme da minha terra, que me leyxou meu padre, e quitasteme de meu marido ; rogo a Deos, que preso sejades assi como eu so ; e porque me vos metestes em ferros nos meus pes, quebradas sejam as tuas pernas com ferros ; mande Deos, que assi seja isto. » Ela então mandou querelar o Imperador, seu sobrinho, para que lhe acudisse e a sacasse da prisão, mas os portugueses, benquizados, foram a um lugar chamado Val de Vez e aí tiveram uma fazenda com o Imperador, que trouxera grande poder de Aragão, Castela, Leão e Galiza, saíndo vencedores. — (*Nobiliario de D. Pedro Conde de Bracelos Hijo del Rey D. Dionis de Portvgal. Ordenado y Ilustrado com Notas y Indices por Ivan' Bvstista Lavaña coronista Mayor del Reyno de Portvgal. Em Roma — MDCXL. Pág. 27 e 28*). *Conf. Portvgaliae Monvmenta Historica, Scriptores, I, pág. 255.*

(⁵) *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portvgal, reformadas pelo Licenciado Dvarte Nvnez do Lião, desembargador da Casa da Supplicação. Em Lisboa — Anno M.DCC.LXXIII. Pág. 65 e seg. e 81 e seg.*

(⁶) Na *Chronica del Rey Dom Affomsso Hamrriques Primeiro Rey destes Reynos de Portuguall por Duarte Galluam* há um capitulo assim intitulado : *Como o Primçipe dom Affonso Hamrriques pelleiou com seu padrasto e foy uemçido, e como tornamdo outra uez aa batalha o uemçeo e premedeo sua may com elle. Capitullo. vj.* (Publicada pelo Bacharel Manuel de Castro Guimarães — Conde de Castro Guimarães — em comemoração da morte do Cronista, pág. 25 e seg.).

(⁷) Na «*Chronica de Cister onde se contam as cousas principaes desta Ordem, & muytas antiguidades do Reyno de Portugal*», Pelo Doutor Fr. Bernardo de Brito, Religioso, & *Chronista Geral da mesma Ordem* (Cap. VI, pág. 118 e seg., ed. de M.DCCXX).

(⁸) *A Monarchia Lvsitana* (de Fr. Antonio Brandão, Liv. IX, pág. 87 e seg., ed. de 1632).

(9) *D. António Caetano de Sousa*, Clérigo Regular, e Académico do Número da Academia Real — *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* («desde a sua origem até ao presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com Instrumentos, e Escritores de inviolavel fé»), tómo I (Lisboa Occidental — M.DCC.XXXV). «Praticou acções tão esclarecidas para o Ceo, que por ellas he ainda mais respeitado na terra, sendo commummente chamado o Santo Rey D. Affonso Henriques.» «O Doutor Joseph Pinto Pereira, que muitos annos assistio na Curia por Expedicioneiro Regio, varão douto, imprimio em Roma no anno de 1728, hum livro, com o titulo: *Apparatus Historicus de Argumentis Sanctitatis Regis Alphonsi Henriques*, dirigido ao Santo Padre Benedicto XIII, no qual em dez argumentos mostra as virtudes heroicas, e Santidade deste Principe.» «...illustrou a insigne Collegiada de Guimaraens, que foy a sua Real Capella, com grandes isenções, e privilegios, e a dotou com grandeza...» (Pág. 51, 59, 57, 56).

Falando de uma doação, provávelmente do ano de 1128, escreve *Jozé Anastasio de Figueiredo* em a *Nova Historia da Militar Ordem de Malta* (Lisboa — MDCCC, refundida sôbre a primeira edição de 1793): «só poderá por agora lembrar, ou conjecturar-se, que o Sr. D. Affonso Henriques tão depressa ficou de posse pacifica de todo o Reino em o dito anno.» (Pág. 31).

(10) «El estado en comu seguia a su madre; pero no faltarõ personas, q se le acostarõ; y formãdo dellas vn troço de exercito, busco al Cõde, q cõ seus valedores trataua de cõseruarse. Encontraronse en el câpo de S. Mamede junto a Guimarães, y dãdose batalha, quedó el Cõde desbaratado: y se recogio a Gallizia. Su hermano D. Bermudo cuñado del Principe, se quedó algu tiepo en Portugal, y la Reina parece se fortificó en el castillo de Lañoso cerca de Guimarães, y allí procuró defender-se del Principe.» (D. Afonso cercou o castelo e guardou sua Mãe em boa custodia até que se concertaram, breve). — *Principios del Reyno de Portugal. con la Vida y hechos de Don Alfonso Henriquez su primeiro Rey*—Antonio Gaez Viegas—Comendador de N. Señora de la Charidad, en la Orde de Christo, y Alcayde Mayor de la Villa de Barcelos. (Sem data: a dedicatória ao Principe D. Teodósio é datada de Lisboa — Setembro de 641). Pág. 98 v. e 99.

«Il giorno dunque consacrato alla natività del divin Precursore di Cristo nell'anno 1128. diedesi la battaglia nel Campo di San Mamede vicino a Guimaraens, e da questa dicono alcuni Antoriche l'Infante D. Alfonso nel primo incontro dell'armi venisse

disfatto; ma che tosto per consiglio del suo fido D. Ega Monis, che accorse con brava gente di impresco, riattando il combattimento, ottenesse poscia Vittoria.... (Transcreve a Crónica dos Godos no período citado e diz que a Rainha viúva se retirou para o Castelo de Lanhoso, combatendo a versão dos ferros, em que fôra presa, segundo certos autores maledicentes. — *Istoria della Vita, ed Eroiche Azioni di Don Alfonso Enriches Primo e Pissimo Re di Portygallo* — Anton Maria Bonucci — della Compagnia di Giesu — Venezia, MDCCXXIX — pág. 12 e seg.

« Il (l'infant) rassemble ses amis, et gagna beaucoup de nobles, qui aimaient bien mieux voir au gouvernail de l'état leur Prince légitime qu'une femme ambitieuse et un odieux étranger. Ils lui promirent de l'appuyer de leur épée et de leur fortune. Aussitôt que la reine en fut informée, elle réunit ses forces pour châtier son fils et ses partisans, et s'avança vers Guimaraens, où l'infant se trouvait avec ses allies. Une lutte sanglante s'engagea entre la mère et le fils à Saint-Mamete, près de Guimaraens. La victoire se déclara pour le fils; Theresia s'enfuit dans le chateau de Leganoso, le comte Ferdinand et Bermudo, gendre de la reine, se sauvèrent en Galice. En 1131 ce dernier échoua complètement dans une tentative qu'il fit pour exciter une insurrection contre Affonso.» — *Henri Schaeffer — Histoire de Portugal* — (trad. de H. Soulangue — Bodin) — Paris, 1858. Pág. 17 e seg.

« Chegado com effeito á idade de se poder reger por si mesmo, tomou a Trastamara conta da sua Regencia; o que elle abertamente recusou; nestes termos levantou Affonso tropas para trazer seu indigno Padrasto á razão, e lhe tomar o governo do Estado. Não se desconcertou o Conde com as diligencias de Affonso, e poz tambem o seu partido em armas, com resolução de se defender até ao ultimo trance. Acampáram-se os dous exercitos á vista hum do outro no Campo de Santilhães perto de Guimarães, que se julga ser a antiga Araduca, situada nas visinhanças do Rio de Viselo: foi sanguinolento o combate de ambas as partes, e Trastamara foi desbaratado, e tomado prisioneiro com a Condessa sua Esposa. Não querendo Affonso abusar da victoria, que acabava de conseguir, por hum lanço de generosidade pouco vulgar em semelhantes circumstancias, em que a Politica suffoca a Humanidade quasi sempre, perdoou a seu Padrasto, e lhe deo a liberdade com condição de se retirar logo dos seus Estados, onde nunca mais entraria. Trastamara recebeo esta mercê, e obedeceo. A Theresa a metieo em humia prizão, a fim de pôr termo á sua licença, que com a idade em vez de esmorecer, mostrava tomar mais vigor.» — *Historia Geral de Portugal por M. de la Clede* — Traduzida em vulgar — Tomo

III — Lisboa, 1782 — *Typografia Rollandiana* — pág. 80 e seg. O tradutor em anotação diz que o Infante ao chegar aos 19 anos venceu e prendeu, no campo de S. Mamede, junto a Guimarães, D. Teresa e o Conde.

(11) «O aitor indiscreto e cego de D. Teresa, deixara adquirir a seu amante um domínio completo sôbre o seu espírito; de forma que, apesar de indirecta, a autoridade dêste não era menos um facto positivo. O predomínio de um estrangeiro nos negócios do país despertara o ciúme dos nobres de Portugal, que se indignaram ainda mais ao ver que o Conde D. Fernando se rodeava, talvez para mais seguramente estabelecer o seu poder, de parentes e compatriços seus, sendo ao menos certo que seu irmão D. Bermudo, o qual fez casar com uma filha de D. Teresa, governava nessa época em Viseu. O jovem D. Afonso Henriques chegara à idade de dezassete anos, achando-se afastado por sua mãe dos negócios públicos. Manifestava um génio vigoroso e guerreiro, que os descontentes aproveitaram para induzi-lo a que se pusesse à frente de uma revolução.

A guerra civil rebentou nos princípios de 1128. Em Abril dêsse ano D. Afonso Henriques, abandonando a mãe, dirigiu-se para o norte do Douro, onde começou a exercer autoridade, limitando-se a da infanta desde então aos distritos situados ao sul dêste rio. Os pormenores desta luta não penetraram até nós. A doação de Soure aos Templários feita por D. Teresa, em que D. Afonso VII figura como confirmante, faz suspeitar, porém, que ela se achava na côrte de Leão ao começarem as hostilidades; tal ausência explicaria o facto de se passarem três meses antes que os dous partidos viessem a uma batalha campal. Esta acção decisiva teve lugar no dia 24 de Junho, no campo de S. Mamede, junto de Guimarães: ali as tropas da infanta foram completamente destroçadas, vendo-se ela obrigada a fugir. Mas, perseguida pelo inimigo, caiu em poder do filho, e provávelmente coube igual sorte ao conde D. Fernando, pôsto que sôbre isto não haja a mesma certeza. Consta, porém, que êle e a desgraçada D. Teresa foram finalmente expulsos de Portugal, recolhendo-se sem dúvida à Galiza, onde parece exerciam conjuntamente uma tenência na terra de Lima.» — (*Frederico Francisco de la Figanière* — «Memórias das Rainhas de Portugal — D. Theresa — Santa Isabel». Ed. de 1859, pág. 32 e seg.).

(12) *Pinheiro Chagas* — «História de Portugal» — (Edição Popular e Ilustrada), vol. I, pág. 43.

(13) Por duas vezes, em a nota XII do t6mo primeiro, Herculano fala da batalha de S. Mamede como dada em Julho. E' assim pelo menos que vem em t6das as ediç6es que consultamos desde a 2.ª de M.DCCC.LIII (pág. 470 e 471): «mas a batalha de S. Mamede, depois da qual tinha lugar o soc6rro, deu-se em *Julho* d6ste ano», e «Sendo ela (a doaç6o de Mem Fernandes) datada de Maio de 1129, e dada a batalha de S. Mamede em *Julho* do ano antecedente, segue-se que nos *nove meses* interm6dios se deveria ter verificado a entrada de Afonso VII a socorrer D. Teresa e o conde Fernando, se as cousas passassem conforme imaginaram os nossos historiadores». A segunda frase mostra que houve lapso do pr6prio Herculano ou erro tipogr6fico que se tem respeitado em outras ediç6es.

(14) *Jo6o de Meira* — «O Claustro da Colegiada de Guimar6es» — in *Revista de Guimar6es*, vol. XXIII, pág. 105 e 106.

(15) *Gaspar Estaço* — «Varias antiguidades de Portugal» — Lisboa: M.DCC.LIV — pág. 60.

(16) *Jo6o de Meira* — «Guimar6es (950-1580)» — in *Revista de Guimar6es*, vol. XXXI, pág. 151.

(17) **Estradas e Caminhos nas Inquiriç6es de D. Afonso III.**
Alguns exemplos:

Na vila que chamavam Covas (*Couue*), em Urgeses — *Ecclesie Sancti Stephani de Ulgeses* —, junto do carvalho de Roriz (*ad carvalium de Rooriz*), passava a estrada do P6rto — «*quomodo vadit se per stratam Portus*» —. (Inquiriç6es de D. Afonso III, *Portugaliae M. H. — Inquisitones* — l).

Em Creixomil — *Ecclesie Sancti Michaelis de Crexumir* —, passava tamb6m uma estrada «*et in alio loco qui dicitur Agra Sancti Michaelis, de petra senarie usque vienam cantoris, et deinde per stratum, et deinde quo modo partit per flumen*»... «*et super viam jacet alia vinea magna Hospitalis*». Nas delimitaç6es do t6rmo de Creixomil diz-se ainda: «*deinde per viam finis de vigia*». (Id., lb.).

Em Ferment6es — *Ecclesie Sancte Ovaye de Forramondano* —, a seguir a uma vinha e leiras em Fervencia e *Petra maladoira*, fala-se «*et in eadem vinea in fundo circa viam covam et jacet circa vineam Donne Elvire Bracareñ*»...; mais adiante: «*Item, dixit quod in vinea que fuit Subjerii Norze, sicut incipit in Petra deffense et vadit topatum ad carvalium Vie cove ad sursum*»... (Id., lb.).

Na *Ecclesie Sancti Felicis de Gomiaes* — «*ad viam de Recoy*». (Id., lb., pág. 732).

Em Polvoreira — *Ecclesie Sancti Petri de Polvoreira* — delimitando um casal — *Casale de Archa* — dizem: «*solebat esse per penedum Marie Caballarie, et deinde "ad viam veteram de Ladroeira", et deinde per finem campi de Lagenax...*».

Em Gêmeos — *Ecclesie Sancte Marie de Geminis* —, fala-se da mudança de um caminho: «*et in ipso loco subtus carrualium carraia que ibat per Regalengum ipse Petrus Subjerii predictus de Briteiros misit ipsam in sua vinea, et fecit viam per alium locum per Regalengum*». «*Et contra vineam ipsam (a de Johannis Alfonsi in Villa Veride) jacet aliud Regalengum de santo magno sicut vadit per stratam pro ad Polumbarium, et de alia parte per stratam quomodo vadit ad unam covam de Chorenti*».

Em Silvares — *Ecclesie Sancte Marie de Silvaribus* — : «*Item, dixit quod de Petra de lagarto, que stat in via que tenet signum de Malio*».

Em S. Miguel das Caldas mencionam-se duas leiras: «*super viam*».

Em S. Martinho de Candoso — *Ecclesie Sancti Martini de Candaoso* — : «*in Serra jacet una vessada subtus viam*».

Em S. Jorge de Selho — *Ecclesie Sancti Jorgii Inter Avem et Selium* — «*et in Carreiro una leira ultra viam e citra viam*».

Em Negrelos — *Ecclesie Sancti Michaelis de Nigreelis* — : «*dixit quod in Reguiza fecerunt domos in via et proujicerunt viam per Regalengum Domini Regis*».

(18) *Agostinho de Campos* — «As pedras falam — Portugal visto de Guimarães» (Conferência na Sociedade Martins Sarmento), *Revista de Guimarães*, vol. XXXVII, n.º 4.

(19) *Alberto Sampaio* — «As Vilas do Norte de Portugal», em *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I.

(20) *Fran Paxeco* — artigo no *Diário de Notícias*, de Lisboa, em 5 de Julho de 1928.